

[English translation begins on page 7]

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO

KAY RALA XANANA GUSMÃO

POR OCASIÃO DA TOMADA DE POSSE DO IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Palácio Presidencial

Díli, 01 de julho de 2023

Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. José Ramos-Horta
Sua Excelência, a Presidente do Parlamento Nacional, Sra. Maria Fernanda Lay
Excelência, Senhor Presidente do Tribunal de Recurso, Dr. Deolindo dos Santos
Suas Excelências, Ilustres Dignitários dos Países vizinhos e Ilustres Representantes de Organizações Internacionais
Suas Excelências, Senhores Embaixadores
Distintos Deputados
Excelências, Distintos Convidados
Senhoras e Senhores
Povo de Timor-Leste, a quem eu me curvo com todo o respeito!

Em primeiro lugar, quero dirigir sinceras palavras de boas-vindas a todos os Dignitários, vindos dos países vizinhos e aqui presentes nesta Cerimónia.

Quero agradecer a vossa gentileza em vir até Díli e a vossa ilustre presença só vem dignificar o compromisso dos Timorenses, revelado nas recentes Eleições Parlamentares, para consolidar o Estado de Direito Democrático, em Timor-Leste, e prosseguir pela senda do progresso e desenvolvimento, que venha a garantir uma vida melhor aos seus cidadãos.

Excelências,
Ilustres Convidados,

Em 2012, há onze anos, tive a honra de tomar posse, no Salão Nobre do Palácio de Lahane, como Primeiro Ministro do V Governo Constitucional. Hoje, venho, perante o Povo de Timor-Leste, assumir mais uma vez esta pesada responsabilidade de prosseguir com os processos de construção do Estado e de construção da Nação.

São já decorridos 21 anos que restaurámos a Independência Nacional, numa cerimónia solene em Tasi Tolu, a 20 de maio de 2002, com a presença das mais altas entidades internacionais, tornando-se assim Timor-Leste o país mais novo do mundo.

Tendo saído de uma longa luta, o então novo Estado, estava a tentar erguer-se das cinzas, pela violência perpetrada antes, durante e depois do histórico Referendo de 1999, onde o heroico e valoroso Povo de Timor-Leste não hesitou em usar do seu direito fundamental para decidir sobre o seu destino.

Tínhamos plena consciência de que éramos um Estado frágil em todos os aspetos, desde a capacidade de gestão e funcionamento aos aspetos legais, tendo assim introduzido sistemas que regulariam todas as atuações do Estado.

Com a visão orientada pela missão de construir e consolidar as instituições do Estado, o IV Governo conseguiu estabelecer as fundações para a criação de um sistema de total transparência e responsabilização, na prestação de contas de responsabilidade e com transparência nos atos administrativos de governação e de recrutamento de funcionários públicos por mérito, independente de fatores políticos.

Daí surgiu uma conjuntura política, nesse processo de construção do Estado, com o mote “da fragilidade à resiliência”, contando com o apoio político e técnico de instituições internacionais, como

o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), e de vários países amigos, que reconheceram os passos seguros, dados pelo Estado de Timor-Leste e que apelavam para um melhor fortalecimento do sistema e das instituições do Estado.

Como todos repararam, hoje, apresento-me aqui com uma nova Aliança de dois Partidos – o CNRT e o Partido Democrático – num compromisso comum de restaurar o Estado de Direito Democrático. Eu percebo que existe uma amarga sensação de que afinal dei prioridade aos antigos membros do Executivo do IV e do V Governos, de que fui Primeiro-Ministro. Posso compreender a decepção da sociedade timorense, quanto à falta de novos quadros políticos e técnicos. É neste sentido, e para responder à preocupação da sociedade timorense, que eu quero explicar que foi absolutamente necessário trazer as pessoas já conhecedoras do sistema, para que os esforços de repor a legalidade possam trazer resultados concretos e imediatos.

Eu também compreendo certo desconforto por parte da sociedade, pelo excessivo número de membros do governo. Não pude evitar reunir estes timorenses todos, já que o IX Governo está comprometido a marcar a diferença - no plano, na ação e na gestão das responsabilidades.

É, neste sentido, que a estrutura orgânica do IX Governo é consubstanciada na filosofia de retomar a continuidade dos progressos alcançados até 2017 e de conduzir, de novo, a administração pública aos objetivos de eficiência e eficácia na prestação de serviços ao povo e na prestação de responsabilidades perante o Estado.

Proceder às necessárias correções, fazer mais e fazer melhor, é a plataforma comum de entendimento para a formação deste novo Governo. A nossa prática governativa será orientada pelos princípios de boa governação, de inclusão e pelo princípio que todos devem obediência à lei.

A nossa visão é de uma nação em que a sociedade é próspera e saudável, instruída e qualificada, inovadora e dinâmica, com acesso generalizado aos bens e serviços essenciais e onde a produção e o emprego em todos os sectores produtivos correspondem aos de uma economia emergente.

Para que isto aconteça, a estrutura do IX Governo tem por objetivo dar a cada membro do Governo uma missão a cumprir, nas diferentes áreas e sectores, para imprimirmos uma ação decisiva, neste período crucial de mudança, tendo também em conta a preparação, em cada Município, do pessoal técnico que vai ser necessário para o processo de descentralização de poderes.

O Povo, usando o seu direito legítimo, deu claramente esta mensagem: salvemos o Estado de Direito Democrático, para caminharmos com otimismo pela senda do progresso!

A todo o Povo jurámos, hoje, que tomamos plena consciência das nossas responsabilidades e sempre que qualquer um de nós se sentir incapaz de realizar a sua missão, não hesitará em pedir a sua demissão das funções em que foi investido.

Esta mensagem política vai marcar, decisivamente, a História da Nação, porque serve também como uma Lição política para a futura Liderança do País, em ordem a não se cair nos mesmos erros que, a terem continuidade, levariam o nosso Estado a uma situação de Estado falhado!

Excelência, Senhor Presidente da República,
Distintos Convidados,

Para responder às expectativas do povo e da sociedade timorense, o IX Governo compromete-se, nos primeiros 120 dias de governação, a:

1. Repor a normalidade democrática, através do Parlamento legítimo, que já iniciou a sua VI Legislatura, e através de um Governo legal, para aprovar o Programa do Governo para 5 anos, aprovar o Orçamento Retificativo para 2023 e aprovar o Orçamento Geral do Estado para 2024. Far-se-ão ainda todos os esforços para revogar toda a legislação e regulamentação necessárias para a consolidação do Estado;
2. Revogar a Lei n.º 3/2014, que criou a RAEOA e a ZEEMS, para subordinar a Autoridade da RAEOA a um melhor controle do Governo Central, já que o objetivo descrito na Lei para a criação da ZEEMS não foi simplesmente delineado, mesmo depois de nove longos anos e

proceder à imediata Auditoria de todas as atividades, incluindo o processo da dispendiosa aquisição do “Ro Haksolok;

3. Anular a Lei que criou o município de Ataúro, pela total carência de condições infraestruturais e logísticas naquele ilhéu de Ataúro, tais como estradas, eletricidade, água, porto e aeroporto;
4. Proceder a Auditorias ao Tribunal de Contas, à Comissão Anticorrupção e ao Ministério Público, sobre a implementação de programas e da falta de processos de aprovisionamento a muitos projetos.
5. Proceder a Auditoria à Comissão da Função Pública e à Inspeção-Geral do Estado, sobre recrutamentos ilegais e fim a contratos, sem justificação;
6. Proceder a Auditoria à fraude eleitoral, cometida pela Administração Eleitoral, nas recentes Eleições Parlamentares, para se pôr fim aos interesses em jogo e evitar que se repita no futuro para salvaguardar o Estado de Direito Democrático;
7. Reestruturar, de imediato, a Direção do TIMOR GAP e da ANPM, para garantir maior eficiência no sector do petróleo, crucial para o desenvolvimento do país;
8. Reestruturar a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), pela total falta de integridade e profissionalismo;
9. Consolidar a paz e a segurança, necessárias ao desenvolvimento nacional, garantindo os direitos, liberdades e garantias fundamentais de todos os cidadãos;
10. Rever de imediato o processo ilegal de aposentação forçada a dezenas de elementos da PNTL;
11. Reformar e reestruturar, de imediato, o Serviço Nacional de Inteligência, para garantir integridade e profissionalismo nesta instituição;
12. Alertar todos os Agentes da PNTL, que foram jurar para servir um determinado partido, para que renunciem aos laços de juramento ou, então, saírem da PNTL;
13. Proceder à eliminação imediata do brutal aumento de impostos aprovados em janeiro de 2023;
14. Auditar e rever, sempre que necessário, os grandes “negócios” efetuados no final do mandato do anterior governo;
15. Garantir a imediata disponibilidade de todos os medicamentos necessários aos hospitais e centros de saúde;
16. Transformar a merenda escolar numa verdadeira refeição “quente” e nutritiva para as crianças;
17. Melhorar as condições de assistência e tratamento aos deficientes no Centro de Reabilitação Nacional e, no futuro, criar centros análogos em todos os Municípios;
18. Proceder ao levantamento das principais necessidades de manutenção de estradas e de normalização das ribeiras em todo o país, para se iniciar, no próximo ano, as obras de reabilitação urgentes.

Excelência, Senhor Presidente da República,
Distintos Convidados,

Em cumprimento do mandato que foi concedido pelo Povo, o IX Governo Constitucional terá os seguintes compromissos para os primeiros 12 meses de governação:

1. Implementar a reforma do setor da Justiça (pela criação do Supremo Tribunal de Justiça e pela formação, com qualidade, de Juizes e Procuradores);
2. Rever o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, adequando-o às atuais circunstâncias do país;
3. Iniciar o processo de desenvolvimento da Costa Sul;
4. Garantir o gasoduto para a exploração do “Greater Sunrise” para Timor-Leste;
5. Finalizar, como prioridade nacional, a Fronteira Terrestre e Marítima com a Indonésia;
6. Iniciar o processo de Poder Local, pela faseada Descentralização do Governo e das Assembleias Municipais, depois de criadas as respetivas condições infraestruturais e técnicas;

7. Criar uma Comissão coordenadora das Universidades e Institutos Superiores, para estudar uma estratégia coletiva na definição de uma melhor assistência por parte do Estado e na implementação do objetivo de elevar a qualidade do Ensino;
8. Rever a Lei de Assistência aos Idosos e Inválidos, para que o Estado tenha em conta que os atuais “ditos idosos” foram e devem continuar a ser considerados os verdadeiros Heróis Nacionais, pois foi esta camada da população timorense quem sofreu todas as privações da guerra, todo o tipo de ameaças e muita dor pela perda dos seus familiares, mas não recuou e enfrentou tudo para decidir votar em agosto de 1999 pela Independência.
9. Criar e apoiar uma Associação de Arte e Cultura Timorense, para encorajar os jovens talentosos, em diversos campos da arte e cultura, com o objetivo de afirmar a identidade timorense e levá-la aos fóruns internacionais;
10. Duplicar o número de bolsas de estudo a serem atribuídas, por mérito e em termos de necessidades nacionais;
11. Concluir a construção e instalação do Cabo de Fibra Ótica e garantir uma ligação de internet com qualidade para todos os cidadãos em todo o país;
12. Aumentar significativamente o número de pessoas com emprego;
13. Efetivar o registo de bens móveis e imóveis (casas e terrenos);
14. Iniciar a implementação de uma escola CAFE em todos os Postos Administrativos;
15. Concluir o programa de eletrificação do país, para chegar aos restantes 20% da população que ainda não teve acesso à eletricidade;
16. Criar novos programas de trabalho sazonal com os países amigos;
17. Implementar o Balcão Único em todas as sedes dos Municípios, de forma a permitir o acesso, em todo o país, aos serviços da Administração Central.

Excelência, Senhor Presidente da República,
Distintos Convidados,

O IX Governo Constitucional está comprometido a cumprir a sua Visão e Missão para o Desenvolvimento do País.

No seu Programa, que vai ser apresentado no Parlamento Nacional, este Governo incidirá nas temáticas das Infraestruturas Básicas, tanto no sector da Saúde como no da Educação, e procurará enfatizar a Economia, como o fator crucial e vital para o desenvolvimento da Nação, a partir a agricultura, da pesca, da pecuária, do turismo e da iniciação de pequenas e médias indústrias, a fim de reduzir gradualmente a importação de bens e produtos, que podem ser produzidos no próprio país.

Se a construção do Estado diz respeito às instituições do Estado e toda a administração pública, a construção da Nação engloba a sociedade civil, na sua capacidade técnica e intelectual, e, necessariamente, o sector privado nacional, que deverá incentivar o empreendedorismo, sobretudo nas mulheres.

Os próximos cinco anos merecem, por isso, um grande esforço coletivo, exigindo de todos grande espírito de responsabilidade, dedicação, honestidade, persistência e coragem.

Iniciaremos o tão esperado e necessário processo de Descentralização. Para isso, o Governo conta com a participação e a cooperação de todos os cidadãos neste processo. Este processo de Descentralização vai exigir a todos os intelectuais e técnicos, de cada Município, a participarem ativamente e construtivamente no diálogo, franco e genuíno, que se vai implementar para que, das potencialidades de cada Município, se venha a alcançar e reforçar os múltiplos benefícios que irão contribuir para o bem-estar das populações locais.

Por esta razão, lanço um apelo à participação dos jovens. Cada geração tem um papel a desempenhar nos constantes desafios que vão aparecendo na nossa realidade. Os jovens têm o dever de abraçar esta nova luta pelo desenvolvimento do país, fortalecendo assim os valores democráticos em que vivemos.

Os jovens serão os futuros líderes desta Nação, porque serão eles que, pela prática e pelo exemplo, podem transformar a nossa sociedade e a nossa economia.

Este Governo compromete-se na criação de oportunidades para os jovens desenvolverem as suas capacidades, as suas experiências e os seus valores, de forma a poderem participar ativa e plenamente no futuro da Nação.

Por isso e para isso, a economia, ou a diversificação da economia, será um Pilar importantíssimo neste mandato de cinco anos do IX Governo Constitucional.

O Governo compromete-se a trazer o gasoduto do “Greater Sunrise” até a Costa Sul de Timor-Leste. Vamos provar ao mundo que o gasoduto em Timor-Leste é uma solução viável, e economicamente segura, e que o nosso horizonte está no desenvolvimento de uma indústria petrolífera capaz de criar dividendos económicos diretos para a nossa população.

O desenvolvimento da Costa Sul, no âmbito do desenvolvimento da atividade do sector petrolífero e do gás, continuará a ser uma prioridade. O estabelecimento de uma base de fornecimentos, de uma refinaria e de um gasoduto nesta região do país, são investimentos necessários para a criação da nossa própria indústria petrolífera e para gerar emprego para os timorenses.

Neste sentido, também será uma Prioridade Nacional a finalização das fronteiras terrestres e marítimas com a Indonésia, cuja solução deve unicamente obedecer ao consubstanciado no Direito Internacional.

Aproveito esta oportunidade para declarar que o IX Governo dará uma especial atenção ao Investimento e, neste sentido, as Empresas Estrangeiras serão muito bem-vindas, na perspetiva de ajudar a desenvolver o País e criar emprego aos timorenses.

Excelência, Senhor Presidente da República,
Excelências,
Senhoras e Senhores,

O IX Governo vai apostar seriamente na melhoria da prestação de serviços, nas duas áreas fundamentais, que são a saúde e a educação.

Na Saúde, tudo se fará para aumentar a capacidade técnica do pessoal médico, a fim de que possam começar a fazer tratamento das várias doenças que, habitualmente, necessitam de cuidados no estrangeiro.

Na Educação, comprometemo-nos a ver com profundidade o problema de acesso à educação, facto que tem provocado situações difíceis em famílias vulneráveis. Assim, também o Governo pretende assegurar Qualidade em todos os níveis de ensino, pela capacitação dos professores.

Propomo-nos a continuar a desenvolver infraestruturas que permitam melhor e mais fácil acesso aos serviços a todos os cidadãos e sobretudo aos que vivem nas áreas rurais.

Quando falamos de uma sociedade mais justa, estamos a falar da justiça dos nossos atos. Nesta difícil conjuntura de repor o Estado de Direito Democrático, o IX Governo vai prestar o cuidado necessário para a melhoria do sector da Justiça.

Iremos continuar a dar um maior impulso na habilitação dos recursos humanos timorenses existentes, tanto em Tribunais, no Ministério Público e na Defensoria Pública, para que a justiça seja feita com seriedade e transparência, respeitando o primado da lei.

O Governo vai proceder a uma adequada Auditoria a uma série de casos, que só revelaram ou incapacidade dos Autores da Justiça ou a sua dependência a interesses terceiros.

Vamos continuar a elevar a capacidade da advocacia timorense, para que possa exercer cabalmente as suas funções, através da constituição formal de uma Ordem de Advogados, com capacidade de gestão e formação neste importante sector da Justiça. Vamos continuar a apostar na formação de investigadores criminais, em todas as especialidades necessárias, para garantir maior credibilidade aos processos que são levados aos tribunais.

Senhor Presidente,
Excelências,
Distintos Convidados,

Já fomos admitidos como Observadores na ASEAN mas devo declarar honestamente que não nos preparámos suficientemente para sermos, de forma construtiva para o país, um membro pleno desta organização regional. Neste sentido, o IX Governo compromete-se a iniciativas com os Países-membros da ASEAN para um estudo mais aprofundado quanto à nossa capacidade de participação, sobretudo em áreas que mais afetam essa inclusão de Timor-Leste na ASEAN. Só assim é que poderemos proceder à seleção do pessoal técnico capacitado, em cada área, para representar o país nesta Organização Regional.

Quanto à CPLP, o nosso problema permanente é o domínio da língua portuguesa, pelo que o IX Governo se compromete, com visão no futuro, a implementar gradualmente mais escolas CAFE em todos os Postos Administrativos e a capacitar nessa matéria os professores timorenses.

Em termos de Relações Internacionais, enquanto vizinhos, para além da Indonésia, temos a Austrália. Tenho esperança de que, com o atual Governo australiano, ponhamos fim a todas as divergências do passado, para que ambos os povos, australiano e timorense, possam ver o futuro da Relações num prisma de maior confiança e respeito mútuo.

Para terminar, eu costumo definir que a nossa política externa tem este princípio, que consagra o sentido de independência e soberania: “Para Timor-Leste, não há aliados nem inimigos, todos serão unicamente e apenas AMIGOS!”. E será este o nosso Lema, que nos orientará nas Relações Externas, nesta Conjuntura Internacional atualmente muito difícil.

Saudamos todos os Países da Região, que nos têm dado apoio incondicional e em várias esferas, realçando as boas relações com a Austrália, a Nova Zelândia, a China, o Japão, a Coreia do Sul, a Indonésia e outros países da ASEAN.

Assim também queremos saudar as relações de amizade e solidariedade de Países como Portugal, Brasil e os PALOP, de Cuba, Reino Unido, Irlanda, e EUA, assim como com as Organizações Internacionais, nomeadamente a ONU e suas Agências, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Asiático de Desenvolvimento, com os quais pretendemos reforçar os laços de assistência técnica e profissional, de que necessitamos para cumprir a nossa missão perante o Povo de Timor-Leste.

Comprometo-me, aqui e agora, e em nome do IX Governo Constitucional, a governar com responsabilidade, inculcando em todos os restantes membros do Governo maior entusiasmo no cumprimento dos seus deveres, nunca perdendo a visão do futuro.

Ao Povo timorense, velhos e jovens, mulheres e homens, dirijo uma mensagem especial: hoje, enfrentamos o grande desafio para desenvolver a nação que tanto lutámos para obter. Com os mesmos princípios, valores e compromissos, que todos levávamos, no corpo e na alma, durante a longa luta pela independência, constitui, para todos nós, um dever continuar a trabalhar unidos para realizar os nossos sonhos, sob o lema: “Mehi Povo nia mehi!”

Eu sei que não será fácil, mas os Heróis Vivos, velhas e velhos, já nos ensinaram que Unidos eles enfrentaram dificuldades bem maiores!

Chegou o momento de colocar de novo Timor-Leste e os Timorenses na senda do desenvolvimento.

Tenho dito.

Obrigado a todos pela atenção.

Kay Rala Xanana Gusmão

Unofficial translation by La'o Hamutuk

**DEMOCRATIC REPUBLIC OF TIMOR-LESTE
SPEECH BY HIS EXCELLENCY THE PRIME MINISTER**

KAY RALA XANANA GUSMÃO

**ON THE OCCASION OF THE INAUGURATION OF THE IX CONSTITUTIONAL
GOVERNMENT**

Presidential Palace

Dili, July 1, 2023

His Excellency, the President of the Republic, Dr. José Ramos-Horta
Your Excellency, the Speaker of the National Parliament, Mrs. Maria Fernanda Lay
Your Excellency, President of the Court of Appeal, Dr. Deolindo dos Santos
Your Excellencies, Distinguished Dignitaries of the neighboring Countries and Distinguished
Representatives of International Organizations
Your Excellencies, Your Ambassadors
Distinguished Deputies
Your Excellencies, Distinguished Guests
Ladies and Gentlemen
People of Timor-Leste, to whom I bow with all due respect!

First of all, I would like to extend a sincere word of welcome to all the Dignitaries from neighboring countries here at this Ceremony.

I would like to thank you for your kindness in coming to Dili. Your presence here honors the commitment of the Timorese, as shown in the recent Parliamentary Elections, to consolidate the Democratic Rule of Law in Timor-Leste and to continue along the path of progress and development that will ensure a better life for its citizens.

Your Excellencies,
Distinguished Guests,

Eleven years ago, in 2012, I had the honor of taking office, in the Great Hall of the Lahane Palace, as Prime Minister of the V Constitutional Government. Today, I come before the People of Timor-Leste to once again assume this weighty responsibility of continuing the processes of State building and Nation building.

It has been 21 years since we restored National Independence, in a solemn ceremony in Tasi Tolu, on May 20, 2002, with the presence of the highest international entities, thus making Timor-Leste the youngest country in the world.

Having emerged from a long struggle, the then new State was trying to rise from the ashes, due to the violence perpetrated before, during and after the historic Referendum of 1999, where the heroic and brave People of Timor-Leste did not hesitate to use their fundamental right to decide on their destiny.

We were fully aware that we were a fragile State in all aspects, from management and operational capacity to legal aspects, and so we introduced systems to regulate all State actions.

With the vision guided by the mission of building and consolidating State institutions, the IV Government managed to establish the foundations for the creation of a system of total transparency and accountability, in the rendering of accounts of responsibility and with transparency in the administrative acts of governance and the recruitment of civil servants by merit, independent of political factors.

Hence a political conjuncture emerged, in this process of State building, with the motto “from fragility to resilience”, counting on the political and technical support of international institutions such as the World Bank (WB), the International Monetary Fund (IMF), the Asian Development Bank (ADB), and

several friendly countries, which recognized the safe steps taken by the State of Timor-Leste and called for a better strengthening of the State system and institutions.

As you have all noticed, today I stand here with a new Alliance of two Parties - the CNRT and the Democratic Party - in a common commitment to restore the Democratic Rule of Law. I understand that there is a bitter feeling that after all I gave priority to the former members of the Executive of the IV and V Governments, of which I was Prime Minister. I can understand the disappointment of the Timorese society, regarding the lack of new political and technical cadres. It is in this sense, and to respond to the concern of the Timorese society, that I want to explain that it was absolutely necessary to bring in people who already know the system, so that the efforts to restore legality may bring concrete and immediate results.

I also understand a certain discomfort on the part of society, due to the excessive number of members of the government. I could not avoid bringing all these Timorese together, since the IX Government is committed to making a difference - in plan, in action, and in the management of responsibilities.

It is in this sense that the organic structure of the IX Government is embodied in the philosophy of resuming the continuity of the progress achieved until 2017, and of leading the public administration once again to the goals of efficiency and effectiveness in the provision of services to the people and in the discharge of responsibilities to the State.

Making the necessary corrections, doing more and doing it better, is the common platform of understanding for the formation of this new Government. Our governing practice will be guided by the principles of good governance, inclusiveness, and the principle that everyone must obey the law.

Our vision is of a nation where society is prosperous and healthy, educated and qualified, innovative and dynamic, with generalized access to essential goods and services, and where production and employment in all productive sectors match those of an emerging economy.

For this to happen, the structure of the IX Government aims to give each member of the Government a mission to fulfill, in the different areas and sectors, so that we can take decisive action in this crucial period of change, also taking into account the preparation, in each municipality, of the technical personnel that will be needed for the decentralization process of powers.

The People, using their legitimate right, have clearly given this message: let us save the Democratic Rule of Law, to walk optimistically along the path of progress!

To all the People, we swear today that we are fully aware of our responsibilities, and whenever any one of us feels incapable of fulfilling our mission, we will not hesitate to ask for our resignation from the functions in which we have been invested.

This political message will leave a decisive mark on the Nation's History, because it also serves as a political Lesson for the Country's future Leadership, so that we do not fall into the same mistakes that, if they were to continue, would lead our State to a situation of failed State!

Your Excellency, Mr. President of the Republic,
Distinguished Guests

In order to meet the expectations of the Timorese people and society, the IX Government commits itself, within the first 120 days of governance, to

1. Restore democratic normality, through the legitimate Parliament, which has already started its 6th Legislature, and through a legal Government, to approve the five-year Government Program, approve the Mid-Year Budget Rectification for 2023 and approve the General State Budget for 2024. Every effort will also be made to repeal all legislation and regulations necessary for state consolidation;
2. Repeal Law No. 3/2014, which created the RAEOA and ZEEMS, to subordinate the RAEOA Authority to better control by the Central Government, since the objective described in the Law for the creation of ZEEMS was simply not outlined, even after nine long years and proceed to immediately Audit all activities, including the process of the costly acquisition of "Ro Haksolok;

3. Annul the Law that created the Ataúro municipality, due to the total lack of infrastructural and logistical conditions in that islet of Ataúro, such as roads, electricity, water, port and airport;
4. Proceed with Audits to the Court of Auditors, the Anti-Corruption Commission, and the Public Ministry, about the implementation of programs and the lack of procurement processes for many projects;
5. Audit the Civil Service Commission and the Inspector General of the State, about illegal recruitments and ending contracts without justification;
6. Proceed with an Audit of the electoral fraud committed by the Electoral Administration in the recent Parliamentary Elections, in order to put an end to the interests at stake and prevent it from being repeated in the future to safeguard the Democratic Rule of Law;
7. Immediately restructure the Management of TIMOR GAP and ANPM, to ensure greater efficiency in the oil sector, crucial to the country's development;
8. Restructure the Criminal Investigation Scientific Police (PCIC), for its total lack of integrity and professionalism;
9. Consolidate peace and security, necessary for national development, guaranteeing the fundamental rights, liberties, and guarantees of all citizens;
10. Immediately review the illegal process of forced retirement of dozens of PNTL members;
11. Immediately reform and restructure the National Intelligence Service to ensure integrity and professionalism in this institution;
12. Alert all PNTL Officers, who have been sworn in to serve a particular party, to renounce their oath bonds, or else leave the PNTL;
13. Proceed with the immediate elimination of the brutal tax increase approved in January 2023;
14. Audit and review, where necessary, the big "deals" made at the end of the previous government's term;
15. Guarantee the immediate availability of all necessary medicines to hospitals and health centers;
16. Transform school lunch into a real "hot" and nutritious meal for the children;
17. Improve the conditions of assistance and treatment to the disabled in the National Rehabilitation Center and, in the future, create analogous centers in all the Municipalities;
18. Carry out a survey of the main needs for road maintenance and the normalization of the rivers throughout the country, in order to begin urgent rehabilitation works next year.

Your Excellency the President of the Republic
Distinguished Guests,

In compliance with the mandate that was granted by the People, the IX Constitutional Government will have the following commitments for the first 12 months of governance:

1. Implement the reform of the Justice sector (by creating the Supreme Court of Justice and by training, with quality, judges and prosecutors);
2. Review the Strategic Development Plan 2011-2030, adapting it to the country's current circumstances;
3. Initiate the development process of the South Coast;
4. Secure the pipeline for the Greater Sunrise exploitation to Timor-Leste;
5. Finalize, as a national priority, the Land and Sea Border with Indonesia;
6. Start the process of Local Power, by the Decentralization phase of the Government and the Municipal Assemblies, after creating the respective infrastructural and technical conditions;

7. Create a coordinating Commission for Universities and Higher Education Institutes, to study a collective strategy in the definition of better assistance from the State and in the implementation of the objective of raising the quality of Education;
8. Review the Law for Assistance to the Elderly and Invalids, so that the State takes into account that the current “so called elderly” were and should continue to be considered true National Heroes, because it was this layer of the Timorese population that suffered all the privations of war, all kinds of threats and much pain for the loss of their relatives, but did not retreat and faced everything to decide to vote in August 1999 for Independence.
9. Create and support a Timorese Art and Culture Association, to encourage talented young people, in various fields of art and culture, with the purpose of affirming the Timorese identity and taking it to international forums;
10. Doubling the number of scholarships to be awarded, by merit and in terms of national needs;
11. Conclude the construction and installation of the Fiber Optic Cable and guarantee a quality internet connection for all citizens throughout the country;
12. Significantly increase the number of people with jobs;
13. Effectuate the registration of movable and immovable property (houses and land);
14. Begin implementation of a CAFE school in all Administrative Posts;
15. Complete the country’s electrification program, to reach the remaining 20% of the population who have not yet had access to electricity;
16. Create new seasonal work programs with friendly countries;
17. Implement the One Stop Shop in all the headquarters of the Municipalities, in order to allow access, throughout the country, to Central Administration services.

Your Excellency the President of the Republic
Distinguished Guests,

The 9th Constitutional Government is committed to fulfilling its Vision and Mission for the Development of the Country.

In its Program, which will be presented in the National Parliament, this Government will focus on the Basic Infrastructure issues, both in the Health and Education sectors, and will seek to emphasize the Economy, as the crucial and vital factor for the Nation’s development, starting with agriculture, fishing, cattle breeding, tourism and the initiation of small and medium industries, in order to gradually reduce the import of goods and products, which can be produced in the country itself.

If the construction of the State concerns the State’s institutions and the entire public administration, the construction of the Nation encompasses the civil society, in its technical and intellectual capacity, and, necessarily, the national private sector, which should encourage entrepreneurship, especially among women.

Therefore, the next five years deserve a great collective effort, requiring from everyone a great spirit of responsibility, dedication, honesty, persistence, and courage.

We will start the long awaited and necessary Decentralization process. For this, the Government is counting on the participation and cooperation of all citizens in this process. This Decentralization process will require all intellectuals and technicians, from each Municipality, to participate actively and constructively in the frank and genuine dialogue that will be implemented so that, from the potentialities of each Municipality, the multiple benefits that will contribute to the well-being of the local populations may be achieved and reinforced.

For this reason, I appeal to the participation of young people. Each generation has a role to play in the constant challenges that are appearing in our reality. Young people have the duty to embrace this new fight for the country’s development, thus strengthening the democratic values in which we live.

Young people will be the future leaders of this Nation, because they will be the ones who, by practice and by example, can transform our society and our economy.

This Government is committed to creating opportunities for young people to develop their abilities, their experiences and their values, so that they may actively and fully participate in the future of the Nation.

For this reason and to this end, the economy, or the diversification of the economy, will be an extremely important Pillar in this five-year mandate of the 9th Constitutional Government.

The Government is committed to bringing the Greater Sunrise pipeline to the South Coast of Timor-Leste. We will prove to the world that the pipeline in Timor-Leste is a viable, and economically secure solution, and that our horizon lies in developing a petroleum industry that can create direct economic dividends for our people.

The development of the South Coast, as part of the development of the oil and gas sector activity, will continue to be a priority. The establishment of a supply base, a refinery and a gas pipeline in this region of the country are necessary investments for the creation of our own oil industry and to generate employment for the Timorese.

In this sense, the finalization of the land and maritime borders with Indonesia will also be a National Priority, whose solution must only be in accordance with International Law.

I take this opportunity to declare that the IX Government will give special attention to Investment, and in this regard Foreign Companies will be very welcome, in order to help develop the Country and create employment for the Timorese.

Your Excellency, Mr President of the Republic,
Excellencies,
Ladies and Gentlemen,

The IX Government will seriously invest in improving service delivery in the two fundamental areas of health and education.

In Health, everything will be done to increase the technical capacity of medical personnel so that they can start treating the various diseases that usually require care abroad.

In Education, we are committed to taking a deep look at the problem of access to education, a fact that has caused difficult situations in vulnerable families. Thus, the Government also intends to ensure Quality in all levels of education, by training teachers.

We propose to continue to develop infrastructures that allow better and easier access to services for all citizens, especially those living in rural areas.

When we talk about a fairer society, we are talking about the fairness of our actions. In this difficult conjuncture of resetting the Democratic Rule of Law, the IX Government will provide the necessary care for the improvement of the Justice sector.

We will continue to give greater impetus to the empowerment of the existing Timorese human resources, both in Courts, in the Public Prosecution Service and in the Public Defender's Office, so that justice may be done with seriousness and transparency, respecting the rule of law.

The Government will carry out an appropriate Audit of a number of cases, which have only revealed either the incapacity of the Authors of Justice or their dependence on third party interests.

We will continue to raise the capacity of the Timorese legal profession, so that it can fully exercise its functions, through the formal establishment of a Bar Association, with management and training capacity in this important sector of Justice. We will continue to invest in the training of criminal investigators, in all the necessary specialties, to ensure greater credibility to the cases that are brought before the courts.

Mr. President,
Excellencies,
Distinguished Guests,

We have already been admitted as Observers to ASEAN but I must honestly state that we have not prepared ourselves sufficiently to be, in a constructive way for the country, a full member of this regional organization. In this sense, the IX Government is committed to initiatives with ASEAN Member Countries for a more in-depth study regarding our capacity to participate, especially in areas that most affect this inclusion of Timor-Leste in ASEAN. Only then will we be able to proceed with the selection of the technical staff qualified, in each area, to represent the country in this Regional Organization.

As for the CPLP, our permanent problem is the mastery of the Portuguese language, for which reason the IX Government has committed itself, with a view to the future, to gradually implement more CAFE schools in all Administrative Posts and to train Timorese teachers in this area.

In terms of International Relations, as neighbors, besides Indonesia, we have Australia. It is my hope that with the current Australian Government we will put an end to all past differences, so that both peoples, Australian and Timorese, can see the future of the Relationship in a prism of greater trust and mutual respect.

To conclude, I usually define our foreign policy as having this principle, which enshrines the sense of independence and sovereignty: "For Timor-Leste, there are no allies or enemies, everyone will be solely and only FRIENDS!". And this will be our motto, which will guide our Foreign Relations, in this currently very difficult International Conjuncture.

We salute all the Countries of the Region, which have given us unconditional support and in several spheres, highlighting the good relations with Australia, New Zealand, China, Japan, South Korea, Indonesia and other ASEAN countries.

We also wish to welcome the friendship and solidarity relations with Countries such as Portugal, Brazil and the PALOP countries, with Cuba, the United Kingdom, Ireland and the USA, as well as with International Organizations, namely the UN and its Agencies, the World Bank, the International Monetary Fund and the Asian Development Bank, with whom we intend to strengthen the technical and professional assistance ties that we need to fulfill our mission before the People of Timor-Leste.

I pledge, here and now, and on behalf of the IX Constitutional Government, to govern with responsibility, instilling in all the other members of the Government greater enthusiasm in the performance of their duties, never losing sight of the future.

To the Timorese People, old and young, women and men, I address a special message: today we face the great challenge to develop the nation that we have fought so hard to achieve. With the same principles, values and commitments, which we all carried, in body and soul, during the long struggle for independence, it is a duty for all of us to continue to work together to realize our dreams, under the motto: "Mehi Povo nia mehi!"

I know it will not be easy, but the Living Heroes, old and old, have already taught us that United they have faced much greater difficulties!

The time has come to put Timor-Leste and the Timorese back on the path of development.

I have said it.

Thank you all for your attention.

Kay Rala Xanana Gusmão